

## **CONCURSO C-306 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

### **1ª ETAPA**

#### **INSTRUÇÕES**

1. Esta prova constará de 100 questões e será realizada em duas etapas, de 50 questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar, pelo menos, 50 questões.
4. Preencha a parte lateral da folha de respostas com os dados solicitados.
5. Use somente caneta de tinta azul ou preta.
6. Não use caneta com tinta que atravesse ou borre o papel.
7. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
8. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
9. A duração de cada etapa da prova é de 4 (quatro) horas.
10. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais.
11. O candidato que tomar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.

**2/7/2001**

**BOA SORTE**

## CONCURSO C-306 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

Dia 2/7/2001 - Primeira etapa

### QUESTÕES

#### DIREITO DO TRABALHO

**1. Em síntese bastante apertada, diz o art. 129, da CLT, que "todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração". Considerando o enunciado desse dispositivo, assinalar, dentre as proposições abaixo, a única que está errada:**

- a) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete (7) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.
- b) Quando da cessação do contrato de trabalho, o empregador anotará na CTPS as datas dos períodos aquisitivos correspondentes às férias coletivas gozadas pelo empregado.
- c) Aos aquaviários as férias poderão ser concedidas, a pedido dos interessados e com aquiescência do armador, parceladamente, nos portos de escala de grande estadia do navio, aos tripulantes ali residentes.
- d) Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze (12) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de dez (10) dias, para a duração do trabalho semanal superior a cinco (5) horas, até dez (10) horas.
- e) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

**2. A morfologia do contrato de emprego compõe-se de elementos essenciais, elementos naturais e elementos acidentais. Levando-se em conta esse aspecto, identifique, entre as afirmações abaixo, qual é a que está incorreta:**

- a) Capacidade e idoneidade do objeto são elementos essenciais do contrato de emprego.
- b) O consenso e a causa são elementos naturais do contrato de emprego.
- c) Elementos acidentais do contrato de emprego são cláusulas acessórias, que se juntam ao ato para modificar-lhe algum dos elementos naturais.
- d) O salário e a jornada de trabalho são elementos naturais do contrato de emprego.
- e) O estrangeiro que trabalha no Brasil sendo portador apenas do visto de turista, ele não só agride a legislação pertinente à matéria como deixa de observar um dos elementos essenciais à formação do contrato de emprego.

**3. Dentre as afirmações abaixo só existe uma que está correta. Assinale essa afirmação:**

a) A equidade, tecnicamente, não é Fonte de Direito, embora seja importante instrumento para aplicação concreta da lei. Contudo, no Direito do Trabalho, nos dissídios coletivos de natureza econômica, a equidade emerge como efetiva Fonte de Direito ao ensejo da prolação da sentença normativa.

b) Dentre os princípios peculiares do Direito do Trabalho, temos o princípio protetor, também chamado protecionista ou tutelar, o qual se desdobra em três (3) outros, o princípio da igualdade de tratamento; princípio da aplicação da norma mais favorável e princípio da continuidade da relação de emprego.

c) É permitido às empresas de prestação de serviço temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no País.

d) Em se tratando de empregado marítimo, o trabalho executado aos domingos e feriados, em qualquer hipótese, será considerado trabalho extraordinário.

e) A Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada por Getúlio Dornelles Vargas em 10 de novembro de 1937, foi a primeira Constituição a se referir ao camponês, dando-lhe indenização por tempo de serviço e estabilidade.

**4. Considerando a jurisprudência da maior Corte da Justiça do Trabalho no Brasil, qual é das proposições abaixo que está correta:**

a) Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de quinze (15) minutos a cada noventa (90) de trabalho consecutivo.

b) A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de seis (6) horas diárias ou de trinta e seis (36) semanais.

c) O salário profissional dos técnicos em radiologia é igual a quatro (4) salários mínimos e não a seis (6).

d) O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia.

e) São aplicáveis ao salário mínimo dos médicos as disposições de caráter geral, sobre o salário mínimo, constantes do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).

**5. Do contrato de emprego resulta para o empregado como principal obrigação prestar o trabalho para o qual foi contratado. O resultado desse trabalho, por regra, pertence ao empregador que é quem paga o salário do empregado. Considerando esse aspecto, e levando-se em conta as invenções realizadas pelo empregado no curso de vigência do contrato de trabalho, assinalar, dentre as afirmações abaixo,**

**qual é aquela que não está correta:**

a) Pertencerá exclusivamente ao empregado a invenção ou o modelo de utilidade por ele desenvolvido, desde que desvinculado do contrato de trabalho e não decorrente da utilização de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

b) A invenção pertence exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado.

c) O empregador, titular da patente de invenção, poderá conceder ao empregado, autor do invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa.

d) Salvo prova em contrário, considera-se desenvolvida na vigência do contrato de emprego, a invenção cuja patente seja requerida pelo empregado até 1 (um) ano após a extinção do vínculo empregatício.

e) A exploração do objeto da patente de invenção, na falta de acordo, deverá ser iniciada pelo empregador dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data de sua concessão, sob pena de passar à exclusiva propriedade do empregado a titularidade da patente, ressalvadas as hipóteses de falta de exploração por razões legítimas.

**6. Quando estudamos as Fontes de Direito, estamos na verdade investigando de onde partiu, de onde surgiu a regra jurídica. Há uma classificação clássica, aceita pela grande maioria dos doutrinadores, que classifica as Fontes de Direito em Fontes Materiais e Fontes Formais. São as Fontes Formais que conferem à regra jurídica o caráter de Direito Positivo. Levando-se em conta todas essas considerações, indicar nas afirmações que estão a seguir registradas, qual delas não é verdadeira:**

a) De acordo com a teoria monista, cujo principal teórico é Hans Kelsen, as Fontes Formais defluem de um único estuário. Em outras palavras, as Fontes Formais têm um único núcleo de produção. Haveria um exclusivo centro de positividade da norma jurídica, que seria o Estado.

b) Até 1982 o Tribunal Superior do Trabalho (TST) cristalizava sua jurisprudência em julgados ou em súmulas. Os primeiros com efeito vinculante e as segundas com natureza orientativa.

c) Devido o sentido teleológico central do Direito do Trabalho, a hierarquia das normas não é rígida, mas dinâmica e variável, segundo o princípio orientador de sua configuração e ordenamento.

d) O contrato não é Fonte de Direito no sentido formal e material. Constitui-se, assim, em Fonte de obrigações e direitos específicos, concretos e pessoais, abrangendo apenas os sujeitos contratuais que delimita.

e) De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.

**7. A sucessão, no Direito do Trabalho, como no Direito comum, supõe uma substituição de sujeitos de uma relação jurídica. Não sendo a empresa ou o estabelecimento sujeitos de direito, não há que se falar em sucessão de empresas, mas em sucessão de empregadores. Considerando essa premissa, marcar nas afirmações abaixo, qual é a única que está correta:**

a) A sucessão de empregadores está fundamentada nos seguintes princípios: princípio da continuidade do contrato de emprego, princípio da despersonalização do empregador e princípio da intangibilidade dos contratos firmados.

b) Em que pese o princípio protetor do Direito do Trabalho, ainda assim, a cláusula comumente inserta nas escrituras de compra e venda de estabelecimento, segundo a qual o adquirente recebe o negócio livre e desembaraçado de quaisquer ônus, em certos casos, impede a aplicação do disposto no art. 448, da CL T.

c) Se o empregador é empresa e se esta é individual, a mudança na sua propriedade, neste caso, interfere nos direitos do empregado, tendo em vista que o contrato de trabalho é intuitu personae em relação à pessoa do trabalhador.

d) Excetuada a hipótese de sucessão fraudulenta, no Direito Brasileiro, tratando-se de obrigação trabalhista, há sempre responsabilidade solidária entre sucessor e sucedido.

e) Uma das situações concretas, envolvendo o tema sucessório, que veda a incidência das regras cogentes dos artigos 10 e 448, da CLT, é o caso de arrendamento de empresas ou estabelecimentos.

**8. Levando-se em consideração as regras sobre o contrato de trabalho, é correto afirmar que:**

a) Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias.

b) Rescindido o contrato de trabalho em face do término da obra ou serviço, tendo o empregado mais de 12 (doze) meses de serviço, ficar-lhe-á assegurada a indenização por tempo de trabalho, na forma prevista para os contratos por prazo indeterminado, com 30% (trinta por cento) de redução.

c) Em se tratando de empregado vendedor, viajante ou pracista, nas transações em que a empresa se obrigar por prestações sucessivas, o pagamento das comissões e percentagens será exigível independentemente da ordem de recebimento das mesmas.

d) A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis (6) horas diárias, sendo porém permitida a prorrogação e a compensação de jornada.

e) A duração normal do trabalho dos músicos não poderá exceder de 6 (seis) horas, excetuados os casos previstos em lei que regula essa categoria de trabalhadores.

**9. Dentre todas as afirmações abaixo, assinalar a que não está correta:**

- a) Os princípios de Direito desempenham uma função interpretativa, como critério orientador do juiz e do intérprete.
- b) Os princípios de Direito desempenham uma função normativa, ao atuarem como fonte supletiva do Direito.
- c) O princípio da irrenunciabilidade, aplicável ao processo trabalhista, visa apenas a proteger o trabalhador contra si mesmo, para não fazer a renúncia desastrosa de algum de seus direitos.
- d) Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois (2) descansos especiais, de meia hora cada um.
- e) O trabalhador rural, embora excluído da proteção geral do empregado comum pela Consolidação das Leis do Trabalho, ainda assim, desde o início, essa mesma CLT lhe assegurou a proteção quanto ao salário mínimo.

**10. Segundo a doutrina, existe dentre os contratos individuais de trabalho, um tipo especial que se denomina contrato de experiência. Em relação a essa espécie de contrato de emprego, identificar a única afirmação que não está correta:**

- a) O contrato de experiência é um ajuste bilateral de vontade dos interessados, definido pela lei como sendo um contrato de prazo determinado (CLT/art. 443, § 2º, letra c).
- b) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias, de acordo com a regra contida no parágrafo único do art. 445, da CLT.
- c) A distinção fundamental entre contrato de trabalho por prazo determinado e contrato de trabalho por prazo indeterminado, deriva da presença ou da ausência de um dos elementos acidentais do contrato: condição resolutiva ou termo final.
- d) Não se deve confundir período de experiência e contrato de experiência. O período de experiência é um ajuste que advém da vontade das partes contratantes; enquanto que o contrato de experiência tem natureza jurídica institucional, definido como tal pela própria lei.
- e) O contrato de experiência é um contrato de trabalho, tanto de fato como de direito, mas por ser por tempo determinado é incompatível com o instituto do aviso prévio.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**11. Assinale a alternativa correta:**

I. Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade. Porém, o interesse do autor em uma determinada ação judicial poderá ficar limitado a uma declaração sobre determinado fato ou situação jurídica, mesmo que tenha ocorrido a violação do direito.

II. Não se tem aceito a ação declaratória quando seu objeto visa à interpretação do direito, em tese, isto é, destina-se a sanar incerteza ou dúvida sobre a violação de determinada

norma jurídica.

III. O direito processual ajusta as regras de conduta do juiz no processo e, nesse aspecto, vemos a sua natureza instrumental e formal, isto é, serve para a realização de um fim e estabelece as formas dessa atividade.

IV. Dado o seu mau uso, costuma-se dizer que os fatos não podem ser ajustados pelas partes na via declaratória.

V. É admissível a reconvenção em ação declaratória.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- e) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

## **12. Assinale a alternativa incorreta:**

I. Somente podem litigar em Juízo as pessoas formais, ou mesmo as sociedades de fato, porém não poderão ser aceitas as sociedades ainda sem personalidade jurídica ou que perderam a personalidade jurídica.

II. No processo comum a representação em Juízo das pessoas físicas e jurídicas está prevista em lei: o procurador, o síndico, o inventariante, o curador, o diretor, gerente ou administrador e, se o juiz verificar a irregularidade de representação suspende o processo para que seja sanado o defeito.

III. As partes e seus advogados podem responder por dano processual causado à parte contrária. Em tais casos, o litigante de má-fé deverá indenizar a parte contrária dos prejuízos que ela sofreu mais honorários advocatícios e despesas realizadas.

IV. Diz-se litigante de má-fé aquele que altera a verdade dos fatos, usa do processo para conseguir objetivo ilegal, ou causa incidentes manifestamente infundados.

V. Não apenas o autor ou o réu da ação responde por perdas e danos no processo comum, mas também aquele que pleitear de má-fé como interveniente

- a) As afirmativas II e III estão corretas.
- b) As afirmativas III e IV estão corretas.
- c) As afirmativas III e V estão corretas.
- d) As afirmativas II e V estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

## **13. Assinale a alternativa errada:**

I. Os prazos para a prática de ato processual que estão estabelecidos em lei não podem ser reduzidos ou prorrogados pelas partes ou juiz da causa.

II. O prazo para ato processual de uma das partes pode ser alterado por decisão do juiz, desde que haja justificativa nos autos e não tenha havido recurso da parte adversa.

III. Os prazos dilatatórios não podem ser reduzidos ou alterados pelo consenso das partes.

IV. Os prazos de prescrição ou decadência não podem ser prorrogados pelo juiz.

V. O prazo previsto em lei para os atos do juiz não pode ser reduzido ou alterado, sob pena de nulidade processual.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Todas as afirmativas são falsas.

c) As afirmativas I e III são falsas.

d) As afirmativas II e V são falsas.

e) As afirmativas III e IV são falsas.

#### **14. Assinale a alternativa correta:**

I. Os atos processuais são cumpridos por ordem judicial, quando puderem ser praticados dentro dos limites territoriais da comarca, e por carta, quando tiverem que ser realizados em outra localidade.

II. Os atos processuais que devem ser realizados fora da comarca serão cumpridos por carta com três espécies, a saber: carta precatória, carta de ordem e carta rogatória.

III. Existe continência de ações quando ocorre identidade de partes e causa de pedir, mas o objeto de uma ação, por ser mais amplo, abrange o objeto da outra.

IV. Existe conexão de ações quando lhes forem comum o objeto e a causa de pedir.

V. Apenas na continência de ações pode ocorrer a reunião de ações em um mesmo processo para uma só decisão. Nas ações conexas isto não pode ocorrer porque uma das ações fica sobrestada até o julgamento da principal.

a) Todas as afirmativas estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

#### **15. Assinale a alternativa incorreta:**

I. O juiz dirige o processo autorizando as diligências que entender necessárias e indeferindo aquelas que julgar desnecessárias, onerosas ao processo ou inúteis ao objeto da lide.

II. O juiz deve assegurar às partes a igualdade de tratamento, porém se as partes são desiguais o tratamento deverá manter, em proporção, essa desigualdade.

III. O juiz deve velar pela celeridade dos atos processuais e rápida solução do litígio, usando na sentença uma interpretação conciliatória para os interesses das partes.

IV. Na falta de normas legais, em lacuna ou obscuridade, o juiz não se exime de sentenciar e deve recorrer à analogia e equidade.

V. No processo comum, o juiz, a qualquer tempo, deve utilizar os argumentos persuasivos para a conciliação das partes.

- a) As afirmativas I e II são falsas.
- b) As afirmativas III e IV são falsas.
- c) As afirmativas I e III são falsas.
- d) As afirmativas II e IV são falsas.
- e) Apenas a afirmativa V é falsa.

**16. Marque a alternativa correta:**

I. Quando certo e determinado o valor da causa deve ser indicado pelo autor na petição inicial. Quando o pedido for ilíquido a parte deverá pedir ao juiz para fixá-lo por arbitramento.

II. O valor da causa poderá ser impugnado na contestação pelo réu, cabendo ao juiz decidir de imediato essa questão incidente.

III. Havendo prestações vencidas e vincendas, o valor da causa será a soma das parcelas vencidas com os valores corrigidos monetariamente.

IV. Havendo cumulação de pedidos, ou pedidos alternativos, o valor da causa será a soma dos pedidos abrangidos na ação.

V. Se não houver impugnação pelo réu, o valor da causa deverá ser aceito pelo juiz mesmo que desatenda à previsão legal.

- a) Todas as afirmativas são falsas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV são falsas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e V são falsas.
- d) Apenas a afirmativa V está correta.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

**17. Marque a alternativa correta:**

I. Se o réu não contestar a ação reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor em sua petição inicial, e, portanto, procedentes os objetos da ação.

II. Se o réu, apesar de intimado para essa finalidade, não comparece para depor em Juízo deve ser declarado revel!

III. Se o réu não comparece à audiência de instrução deve ser declarado revel e confesso quanto à matéria de fato.

IV. O réu declarado revel não será mais intimado dos atos processuais posteriores, e nenhuma prova poderá produzir nos autos.

V. Os efeitos da revelia deverão ser afastados se, existindo vários réus no mesmo processo, um deles contestar a ação.

- a) As afirmativas I, II e V estão corretas.
- b) As afirmativas I e III estão corretas.

- c) As afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) Apenas a afirmativa V está correta.

**18. Assinale a alternativa correta:**

- I. O juiz quando acolhe a coisa julgada extingue o processo com julgamento do mérito.
- II. O juiz quando acolhe a coisa julgada extingue o processo sem julgamento do mérito, mas o autor poderá ajuizar de novo a ação.
- III. O juiz quando acolhe a ilegitimidade de parte extingue o processo com julgamento do mérito, e o autor não poderá reajuizar a mesma ação.
- IV. O juiz não poderá acolher *ex officio* a prescrição, salvo em se tratando de direitos patrimoniais.
- V. O juiz quando decreta a prescrição extingue o processo sem julgamento do mérito, determinando o arquivamento da ação.

- a) Todas as afirmativas são falsas.
- b) Todas as afirmativas estão corretas.
- c) A afirmativa II está correta.
- d) A afirmativa III está correta.
- e) A afirmativa IV está correta.

**19. Assinale a alternativa correta:**

- I. O juiz, após publicar a sentença, não poderá mais modificá-la ou alterá-la, cabendo à parte interpor apelação para levar as questões que lhe foram desfavoráveis ao Tribunal *ad quem*.
- II. O juiz não poderá aditar a sentença após a publicação, mas antes de intimar as partes poderá fazer as correções necessárias e acrescentar razões jurídicas na fundamentação; contudo, não poderá reapreciar as questões já decididas.
- III. O juiz, depois de publicar a sentença, não poderá fazer nenhuma modificação em seu texto ou na parte dispositiva, salvo se verificar erros materiais, erro de datilografia, erro de cálculo, ou se acolher embargos de declaração com efeito modificativo.
- IV. A sentença é a prestação jurisdicional que não se confunde com a tutela jurídica que o autor busca reconhecer, e o efeito da coisa julgada impede a reapreciação das questões já decididas nos autos.
- V. A apreciação dos fatos controvertidos pelas partes, as questões incidentais, e os fundamentos jurídicos da sentença jamais transitam em julgado.

- a) A afirmativa I está correta.
- b) A afirmativa II está correta.
- c) A afirmativa III está correta.
- d) A afirmativa IV está correta.
- e) A afirmativa V está correta.

**20. Assinale a alternativa correta:**

I. Depois de prestar o compromisso legal, a testemunha poderá ser contraditada pela parte adversa por incapacidade, impedimento ou suspeição.

II. A contradita deverá ser instruída com depoimentos e documentos, e julgada imediatamente pelo acolhimento ou rejeição, podendo ainda o juiz ouvir a testemunha sem o compromisso legal.

III. No processo comum, a parte que desejar contraditar testemunha deverá fazê-lo, por escrito, antes da audiência, pois que o arrolamento de testemunhas é feito com a antecedência de cinco dias.

IV. A testemunha poderá ser dispensada do depoimento se o juiz considerar provados os fatos sustentados na contradita, mas também poderá ser ouvida como mera informante.

V. O depoimento de testemunha informante terá o mesmo valor que o da testemunha que recebe o compromisso legal; apenas aquela ficará isenta da responsabilidade penal em suas declarações.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa V é falsa.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**21. Assinale a alternativa correta:**

I. Processo do trabalho é o método segundo o qual os Tribunais da Justiça do Trabalho conciliam e julgam os dissídios individuais e coletivos, bem como as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

II. A diferença entre direito material e direito processual do trabalho traduz-se no comportamento do juiz no processo, em relação às normas de um e de outro. As de direito substancial são, para ele, indagação *in judicando*; as de direito processual, regras de conduta *in procedendo*.

III. O direito processual do trabalho é um direito autônomo. Sua técnica, seus métodos, seus fundamentos, não se confundem com os do direito processual comum usado de forma subsidiária.

IV. Os dissídios do trabalho podem ser divididos em dois grandes grupos: individuais e coletivos, ou ações individuais e plúrimas, respectivamente, de natureza jurídica e de natureza econômica.

V. O direito de agir não se confunde com o direito material, objeto do processo. Mas, é através do processo que a ação e a jurisdição se colocam em contato. Por isto, os pressupostos do processo são a competência do Juízo e a capacidade da parte.

- a) A afirmativa I é falsa.
- b) A afirmativa II é falsa.
- c) A afirmativa III é falsa.
- d) A afirmativa IV é falsa.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**22. Assinale a alternativa correta:**

**Um dos princípios mais importantes do processo trabalhista é o inquisitório, que pode ser compreendido da seguinte maneira:**

I. O Juiz tem o poder para investigar a verdade, mas está subordinado aos limites impostos pelas partes na lide e pelas provas que se obrigaram a apresentar.

II. O pedido do reclamante, assim como a defesa do reclamado, o debate na fase de instrução e a própria sentença são atos processuais que podem ser realizados oralmente em audiência, cabendo ao magistrado reduzi-los a termo nos autos.

III. O Tribunal Superior do Trabalho entende inaplicável a identidade física do juiz ao processo, mas admite o princípio do inquisitório, que é a faculdade dada ao juiz de instrução para interrogar as partes e testemunhas em busca da verdade real e não formal.

IV. Os atos processuais devem ser realizados em uma só audiência, embora esta possa se desdobrar por outras datas, havendo motivo relevante para a suspensão do processo.

V. É o contrário do princípio dispositivo, isto é, no inquisitório o juiz aprecia livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes.

- a) A afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas IV e V estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa V está correta.
- e) Todas as afirmativas estão erradas.

**23. Assinale a alternativa correta:**

**O processo do trabalho sofreu inovação em janeiro de 2000, com o procedimento sumaríssimo, cujas regras principais são as seguintes:**

I. O pedido certo e determinado em valor até 40 salários mínimos, duas testemunhas para cada parte, contestação escrita e a sentença proclamada em trinta dias contados do ajuizamento da ação.

II. A audiência inaugural, única, ocorrerá no prazo máximo de quinze dias contados do ajuizamento da ação e a sentença deverá ser líquida.

III. As demandas devem ser instruídas e julgadas em audiência única, em quinze dias do ajuizamento da ação e a conclusão do processo com a sentença deverá ocorrer nos trinta dias subseqüentes.

IV. O pedido certo e determinado no valor até 40 salários mínimos, duas testemunhas para cada parte, e audiência única para a tentativa de conciliação podendo a instrução do processo se desdobrar por outras datas se o juiz entender necessário.

V. A audiência de instrução e julgamento é única, mas em razão da grande quantidade de processos o juiz poderá justificar a impossibilidade e, face ao acúmulo de serviço, designar a audiência de prosseguimento em pauta normal.

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) As afirmativas I e II estão corretas.
- c) As afirmativas III e IV estão corretas.
- d) As afirmativas III e V estão corretas.
- e) As afirmativas II e IV estão corretas.

**24. Assinale a alternativa que estiver correta:**

I. A competência pode ser cumulativa, quando cabe conhecer daquela ação, indistintamente, dois ou mais juízes da mesma categoria e na mesma circunscrição.

II. A distribuição de ações pode ser facultativa ou obrigatória, conforme possa ou não conhecer o juiz de determinada causa sem prévia distribuição.

III. A distribuição de ações não passa de mera formalidade destinada a regular o serviço forense; o erro do distribuidor quanto à obrigatoriedade de distribuição alternada, ou mesmo a falta de distribuição não induzem à nulidade do processo.

IV. No processo trabalhista a distribuição de reclamatória verbal é feita antes de ser o pedido reduzido a termo.

V. A distribuição de ações em virtude de conexão, por se relacionarem com outros processos já distribuídos anteriormente, poderá ocorrer em se tratando da prevenção do juízo.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**25. É direito fundamental do cidadão, constitucionalmente assegurado, receber assistência judiciária integral e gratuita do Estado, desde que comprove insuficiência de recursos para exercer o direito de acesso ao Judiciário. No entanto, no processo trabalhista, temos algumas peculiaridades traçadas pelas normas infraconstitucionais. Assinale a alternativa que entender correta:**

I. A situação de desemprego, isto é, nenhum rendimento do trabalho assalariado, é suficiente para que o trabalhador fique isento do pagamento das custas processuais.

II. Desde que não tenha advogado contratado nos autos, o trabalhador poderá gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

III. O sindicato de classe deverá ser chamado a prestar a assistência judiciária ao trabalhador quando estiver em causa, no processo de dissídio individual, a aplicação de uma norma coletiva.

IV. Os necessitados que comprovem a situação de pobreza ficam isentos das taxas judiciárias, emolumentos, custas, despesas com publicações, indenizações a testemunhas, honorários advocatícios e periciais.

V. A assistência judiciária gratuita é concedida apenas em relação ao trabalhador que recebe quantia igual ou inferior ao dobro do salário mínimo, excepcionalmente estendida ao que recebe montante superior, mediante formal declaração de que sua situação econômica não lhe permite demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e V estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa V está correta.

**26. Assinale a afirmativa que entender correta:**

I. Apresentada a exceção de incompetência, no procedimento ordinário, o juiz deverá suspender o processo e abrir vistas ao exceto por 48 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência seguinte.

II. A exceção de incompetência argüida no procedimento ordinário trabalhista não suspende o curso do processo e deverá ser apreciada de plano pelo juiz.

III. As exceções de suspeição e de incompetência suspendem o curso do processo trabalhista, os autos devem ser encaminhados para outro magistrado proferir o julgamento.

IV. As exceções de coisa julgada e litispendência no processo trabalhista ficaram reduzidas a meras argumentações de defesa, sem rito especial.

V. As exceções no processo trabalhista são defesas indiretas que integram a contestação, e não excluem a manifestação do mérito em um momento único da audiência.

- a) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**27. Assinale a alternativa correta: Em termos de prova, no processo trabalhista, adotamos os seguintes entendimentos:**

I. "O ordinário se presume, o extraordinário se prova".

II. "Somente os fatos são objeto de prova, a norma jurídica não".

III. "Devem ser provados os fatos controvertidos, que não sejam notórios ou presumidos por lei".

IV. "Se a presunção é *juris tantum*, cabe à parte interessada fazer prova em contrário".

V. "A verdade real deve prevalecer sobre a presunção de verdade".

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.

**28. Assinale a alternativa correta:**

I. No processo trabalhista, em rito ordinário, não tendo mais as partes provas a produzir, o juiz dará por encerrada a instrução processual e colherá a manifestação das partes em razões finais. Depois disto, fará a última e obrigatória proposta de conciliação.

II. Antes de encerrar a instrução, o juiz do trabalho colherá das partes as razões finais a fim de saber se ainda pretendem fazer contra-prova ou provar algum fato. Depois disso, designará dia e hora para a publicação de sentença.

III. A parte que compareceu à audiência em que foi designada a data para publicação da sentença dela ficou ciente, porém a parte que não esteve presente deverá ser intimada por via postal.

IV. Existem dois momentos no processo trabalhista em que o juiz deverá usar os seus argumentos e poder de persuasão para a conciliação das partes: após a contestação do reclamado e antes de designar a data para publicação da sentença.

V. A primeira proposta de conciliação deverá constar formalmente no termo de audiência, e no momento próprio, sob pena de nulidade do processo.

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) As afirmativas I e III estão corretas.
- c) As afirmativas II e IV estão corretas.
- d) As afirmativas III e V estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

**29. Em quais dessas afirmativas podemos constatar a nulidade do processo do trabalho:**

I. O juiz, em inquérito judicial contra empregado estável, aceitou apenas três das cinco testemunhas trazidas pelo empregado requerido.

II. O juiz indeferiu a prova pericial com a qual o reclamante pretendia comprovar os excessos de jornada em domingos e feriados.

III. O juiz aplicou a confissão ficta ao reclamante porque não compareceu na audiência de prosseguimento, em que deveria ocorrer a contestação do reclamado.

IV. O juiz indeferiu a juntada da norma coletiva com o aditamento feito pelo reclamante em audiência inaugural.

V. Em razões finais, o juiz indeferiu a juntada pelo reclamado de três acórdãos jurisprudenciais, na íntegra, sobre o assunto em discussão.

- a) Em nenhuma das afirmativas.
- b) Nas afirmativas I e III.
- c) Nas afirmativas IV e V.
- d) Nas afirmativas I e IV.
- e) Nas afirmativas II, III e IV.

**30. Assinale a afirmativa correta:**

I. Para recorrer, o empregado deverá recolher as custas em cinco dias após a interposição do recurso ordinário ou, no mesmo prazo, requerer a isenção. Indeferido o pedido de isenção, o juiz assinará novo prazo para o reclamante cumprir a obrigação sob pena de deserção do recurso.

II. O reclamado deve fazer o depósito recursal, em banco, na conta do FGTS do empregado, antes da interposição recursal; nos cinco dias subseqüentes deve recolher as custas, e terá mais cinco dias após o recolhimento para comprovação nos autos.

III. As pessoas jurídicas de direito público interno estão isentas do depósito recursal, mas devem recolher as custas sob pena de deserção, exceto a União que não as pagará.

IV. A massa falida não está sujeita ao pagamento de custas nem depósito recursal para a admissibilidade de seu recurso ordinário.

V. É inconstitucional o depósito recursal prévio exigido pela Lei nº 8.542/92 na fase de execução.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas

## **DIREITO INTERNACIONAL**

**31. Assinale a alternativa correta:**

**Antes de acreditar um Chefe de Missão Diplomática, é norma que o Estado acreditante consulte o Estado acreditado se inexistir óbice a sua investidura. É o denominado "agrément". Essa solicitação diz respeito:**

- a) Ao Chefe da Missão Diplomática e seus parentes.
- b) A todo o pessoal diplomático (conselheiros, secretários, adido militar, naval e aeronáutico).
- c) Ao Chefe da Missão Diplomática somente.
- d) Ao Chefe da Missão Diplomática, aos seus parentes e a todo o pessoal diplomático.
- e) Ao Chefe da Missão Diplomática e a todo o pessoal diplomático.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 32. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. Face ao laconismo da Constituição Brasileira de 1891 sobre a intervenção federal, a nomeação do "interventor" foi questionada quanto à sua constitucionalidade. Coube ao senado eliminar a controvérsia, ao reconhecer, com fundamento na teoria dos poderes implícitos, a possibilidade de nomeação de um interventor para praticar os atos da intervenção federal.

II. A lei delegada é lei feita, segundo a Constituição vigente, por delegação legislativa, interna ou externa, a qual, em qualquer caso, será concedida pelo Congresso Nacional, através de Resolução que especificará o seu conteúdo e a forma de seu exercício.

III. A Casa Revisora nos projetos de lei de iniciativa popular será sempre o Senado Federal, por expressa determinação constitucional que, por outro lado, exige para sua regular tramitação, ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por três Estados, pelo menos.

IV. Nem toda causa de intervenção federal implica, para restabelecimento da normalidade, em sua decretação. É, por exemplo, o caso de violação a algum princípio constitucional sensível, em que o decreto do Presidente da República limitar-se-á a suspender a execução do ato estadual impugnado, caso considere bastante para restabelecer a normalidade, dispensando, pois, a apreciação do Congresso Nacional.

V. É de quinze dias úteis o prazo para sanção ou veto de projeto de lei. Suas causas permissivas restringem-se a alegação de inconstitucionalidade total ou parcial do projeto e há de ser, o mesmo, contrário ao interesse público. Em ambos os casos, o Presidente da República deve comunicar, em 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Senado, os motivos do veto.

- a) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- b) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas III, IV e V estão corretas.
- d) As alternativas I, IV e V estão corretas.
- e) As alternativas I, II, III e V estão corretas.

### 33. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. Caso o Congresso Nacional aprove uma medida provisória editada pelo Presidente da República, ela será promulgada como lei, pelo presidente do Congresso Nacional.

II. Somente quando uma medida provisória for aprovada pelo Congresso Nacional, sem emendas, é que ela, de pronto, converte-se em lei. Se aprovada com emendas, seguirá as demais fases do processo legislativo ordinário, sujeita, pois, a sanção ou veto do Presidente da República.

III. Os pressupostos da medida provisória são cumulativos, enquanto os do decreto-lei, no ordenamento anterior, eram alternativos. Decorrido o prazo para o Congresso Nacional manifestar-se sobre um ou outro, implicava, no caso do decreto-lei, em sua aprovação, e, no de medida provisória, na perda de sua eficácia desde a publicação.

IV. A importância da Casa Iniciadora no processo legislativo ordinário reside no fato de

que a deliberação desta Casa ao aprovar projeto de lei, caso rejeite as modificações nele introduzidas pela Casa Revisora, tornar-se-á a "deliberação principal", ou seja, o projeto de lei será remetido à sanção ou veto, como foi aprovado pela Iniciadora.

V. O Presidente da República tem o prazo de 15 (quinze) dias para sancionar ou vetar um projeto de lei. Vetado, o projeto de lei retornará ao Congresso Nacional, que sobre ele deliberará por maioria absoluta, no prazo de trinta dias.

- a) As alternativas I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- d) As alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

#### **34. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:**

I. A Constituição de 1988 ampliou para 8 (oito) anos o prazo de inabilitação para o exercício de qualquer função pública a que o Presidente da República estará sujeito, se condenado por crime de responsabilidade.

II. A Constituição de 1937 extinguiu a Justiça Federal nos Estados, transferindo sua jurisdição para os juízes de direito dos Estados, de cujas decisões, caberia, porém, recurso para o Tribunal Federal de Recursos. Isto se manteve até 1967, quando foi ressurgida a Justiça Federal nos Estados.

III. No Brasil, o Presidente da República é politicamente irresponsável. Esta afirmação é equivocada, pois ele poderá ser responsabilizado pelo processo de *impeachment*.

IV. O processo legislativo da lei delegada começa com a solicitação de delegação feita pelo Presidente da República ao Senado Federal que, se a conceder, o fará por meio de Resolução que especificará o seu conteúdo e a forma de seu exercício.

V. Instaurado no Senado o processo de *impeachment* contra o Presidente da República, ele será imediatamente afastado do cargo. Seu julgamento deverá ocorrer no prazo de 180 dias, findo o qual, sem deliberação, cessará o afastamento, embora o processo prossiga até decisão final.

- a) Apenas as alternativas IV e V estão corretas.
- b) As alternativas I, IV e V estão corretas.
- c) As alternativas II e V estão corretas.
- d) As alternativas III e IV estão corretas.
- e) As alternativas II e III estão corretas.

#### **35. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:**

I. A competência legislativa repartida verticalmente na Constituição de 1988, difere do tratamento contido na de 1967. Nesta, os Estados não podiam legislar na ausência de lei federal; na de 1988, eles podem. Mas, sobrevivendo a lei federal, a estadual perderá a eficácia naquilo que lhe for contrária.

II. É nos dissídios coletivos de natureza econômica que a Justiça do Trabalho exerce o seu poder normativo. Esta Justiça somente perdeu seu caráter administrativo com a

Constituição de 1946, a partir da qual tomou-se órgão do Poder Judiciário.

III. O efeito vinculante foi introduzido no Brasil, em 1993, por emenda constitucional, limitado, porém, às decisões de mérito do Supremo Tribunal Federal, em ação declaratória de constitucionalidade.

IV. Havendo um conflito de competência entre o juiz de direito estadual e um juiz federal, o mesmo será julgado pelo Tribunal Regional Federal da Região a que este último estiver vinculado.

V. A Constituição de 1988 passou a exigir do juiz de primeiro grau dois anos de exercício no cargo para aquisição da vitaliciedade. E embora lhe assegure a inamovibilidade, desde sua investidura, permite sua remoção, por interesse público, pelo voto de dois terços do Tribunal de Justiça respectivo, assegurada a ampla defesa.

- a) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- b) As alternativas II, III e V estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- d) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- e) As alternativas I, IV e V estão corretas.

**36. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:**

I. Somente em matéria tributária todas as entidades federadas possuem, no Brasil, a sua competência exclusiva enumerada, pois, nas demais, os Estados não a possuem.

II. Somente nos municípios capitais de Estado existe a previsão de eleição em dois turnos para o Prefeito Municipal. Em qualquer situação criminal o mesmo será julgado pelo Tribunal de Justiça.

III. A Constituição Federal de 1988 permite a delegação de competência legislativa da União aos Estados, desde que através de lei complementar, sejam os Estados autorizados a legislar sobre qualquer matéria de competência daquela entidade.

IV. Originariamente, no que tange à prescrição dos direitos trabalhistas, a Constituição de 1988 tratou diferentemente o trabalhador rural do trabalhador urbano. Emenda constitucional, porém, viria a eliminar este tratamento diferenciado.

V. A partir da Constituição Federal de 1988 ficou definitivamente vedado ao membro do Ministério Público o exercício da advocacia. Norma transitória, porém, excepcionou esta vedação, sem condições especiais, e de modo impositivo.

- a) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- b) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I e II estão corretas.
- d) As alternativas II, IV e V estão corretas.
- e) As alternativas I e V estão corretas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**37. É correto afirmar que o ato administrativo se caracteriza:**

- a) Apenas pela imperatividade.
- b) Só pela presunção de legitimidade.
- c) Apenas pela auto-executoriedade.
- d) Pela imperatividade, pela presunção de legitimidade e pela auto-executoriedade.
- e) Apenas pela presunção de legitimidade e auto-executoriedade.

**38. Sobre a revogação do ato administrativo, assinale a resposta correta:**

- a) O pressuposto da revogação é o interesse particular.
- b) A revogação é ato administrativo por razão de conveniência e interesse público.
- c) A revogação do ato administrativo é competência exclusiva do Poder Judiciário.
- d) O ato administrativo não pode ser revogado em hipótese alguma.
- e) A revogação deve ocorrer quando a motivação do ato administrativo for contraditória.

**39. No campo do Direito Administrativo, no que diz respeito à invalidade, assinale a alternativa correta:**

- a) A Administração Pública não pode anular seus atos administrativos.
- b) A Administração Pública pode revogar e anular seus atos administrativos.
- c) A Administração Pública pode revogar, mas não pode anular seus atos administrativos.
- d) A Administração pode revogar e anular seus atos administrativos, não podendo, porém, quanto à anulação, fazê-lo de ofício.
- e) A anulação do ato administrativo somente poderá ocorrer mediante provocação do interessado, em ação própria, perante o Poder Judiciário.

**40. Na aplicação da responsabilidade objetiva do Estado, é correto afirmar:**

- a) É desnecessário que o lesado, pela conduta Estatal, prove a existência da culpa, do agente ou do serviço, como pressuposto da responsabilidade objetiva.
- b) O fator culpa, para configurar a responsabilidade do Estado, basta apenas a ocorrência do fato administrativo, do dano e do nexo causal.
- c) Apenas o ato administrativo é necessário para configurar a culpa objetiva.
- d) As alternativas a e b estão corretas.
- e) A responsabilidade objetiva do Estado não se estende para as entidades de direito privado que prestam serviços públicos.

**41. Quanto ao direito de regresso da Administração contra o seu servidor, causador direto do dano a terceiro, assinale a única alternativa falsa:**

- a) A ação do terceiro contra a Administração não pode ser fundada apenas na prova de efetiva existência do fato.
- b) Pode ser exercitado após a aposentadoria, a exoneração ou demissão do servidor.
- c) Em se tratando de servidor da União, seu ajuizamento compete ao Procurador da República, sob pena de incidir este em falta funcional.
- d) É pressuposto para o exercício do direito de regresso pelo Estado contra o agente causador do dano a prova do efetivo pagamento da indenização ao lesado.
- e) Pode ser exercido contra os sucessores do servidor, até o limite do valor da herança recebida.

**DIREITO PENAL**

**42. A difamação consiste em imputar a alguém, fato:**

- a) Definido como crime.
- b) Que ofenda à dignidade ou o decoro.
- c) Que sabe não ter ele cometido.
- d) Ofensivo à sua reputação.
- e) Que sabe ser falso o crime, o propala e divulga.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**43. O período de carência para o segurado empregado receber o benefício de auxílio doença não decorrente de acidente, é contado:**

- a) Da data da filiação ao regime da Previdência Social.
- b) Após haver o empregado completado um ano no serviço.
- c) A partir da reabilitação profissional.
- d) Após o recolhimento de 6 (seis) contribuições mensais.
- e) Depois da apresentação de atestado médico.

**44. Não é considerada doença do trabalho:**

- a) A doença degenerativa.

- b) A doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
- c) A doença decorrente de acidente sofrido pelo segurado em consequência de agressão de companheiro de trabalho.
- d) Ato de negligência de companheiro do trabalho que venha a atingir o segurado.
- e) A doença decorrente de ofensa física intencional relacionada com o trabalho.

## DIREITO CIVIL

**45. As leis são feitas para terem vigor somente no futuro, ou podem retroagir ao passado, para regular relações já anteriormente constituídas, isto é, que já se consumaram quando tal regra ainda não vigia? Eis a questão. Segundo o saudoso Professor e Jurista Daniel Coelho de Souza, "as leis atendem a necessidades sociais cambiantes. Conseqüentemente, têm começo e fim. A vigência de uma perdura até que outra venha revogá-la". Considerando todas essas circunstâncias, assinalar nas proposições abaixo a única que está incorreta:**

- a) Pelo atual sistema jurídico brasileiro não se proíbe diretamente a existência de leis retroativas, mas apenas excluem-se da retroatividade da lei nova algumas espécies de atos.
- b) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- c) A irretroatividade, na sua formulação jurídica clássica, exigia que a situação jurídica constituída ao tempo de uma lei continuasse a se reger por ela, ainda que já revogada.
- d) O princípio da irretroatividade não obriga o legislador, ele obriga o órgão judicante, porque o juiz não pode aplicar a nova lei às relações jurídicas já consumadas na vigência da norma anterior, pois ele deve, constitucionalmente, resguardar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- e) De acordo com a atual Constituição da República Federativa do Brasil é a Lei Complementar que disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

**46. O ato jurídico é uma manifestação de vontade. Se essa vontade se revela em divergência com a norma, ela se torna ineficaz, cuja declaração se chama nulidade. A teoria das nulidades sofreu uma profunda evolução até que se chegou a distinção entre atos nulos e atos anuláveis. Partindo desse comando, assinalar, dentre as alternativas abaixo, a única que está certa:**

- a) Se o agente do ato não tem capacidade para praticá-lo, o ato é nulo, mas produz efeitos, porque se trata de efeitos fáticos aparentes que juridicamente tiveram existência.
- b) A vontade é o elemento essencial do ato jurídico. Quando essa vontade é prejudicada na sua inteligência, na sua liberdade ou na sua licitude, diz-se que é viciada.

- c) Os vícios do consentimento são o erro, o dolo, a coação e a fraude.
- d) Nos atos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui, por si só, omissão dolosa.
- e) Erro é um falso conhecimento da realidade. Doutrinariamente, distingue-se o erro de fato do erro de direito. Ambos justificam a anulabilidade do ato jurídico.

**47. O ato ilícito é a conduta do sujeito passivo que descumpra a prestação, omitindo-se da prática do ato obrigado, ou praticando o proibido. Diante de tal conceito, assinalar, dentre as alternativas apresentadas, a única que está incorreta:**

- a) A imputabilidade e a culpabilidade têm índole subjetiva, são pertinentes a condições próprias do agente.
- b) A culpabilidade manifesta-se em três (3) níveis, citados, pela melhor doutrina, na ordem decrescente da sua gravidade: dolo, preterintencionalidade e culpa.
- c) A teoria do risco é chamada objetiva, em contradição à da culpa, chamada subjetiva. Pela teoria da culpa, a responsabilidade reside na conduta do agente, já na do risco o fundamento da responsabilidade é objetivamente a posição social daquele.
- d) A conduta ilícita gera quatro (4) conseqüências: modifica a relação jurídica, tornando mais oneroso o dever do sujeito passivo; acarreta a caducidade do direito, em prejuízo do sujeito ativo; a obrigação de indenizar, imposta a quem procede antijuridicamente; e, finalmente, a imposição de pena.
- e) A culpa indireta apresenta-se sob três (3) modalidades. Uma delas é a culpa *in vigilando*, que consiste na falta ou ausência de zelo do agente na escolha da pessoa posta a seu serviço.

**48. A noção jurídica de domicílio constrói-se sobre o fato de ter toda pessoa, como centro principal de sua atividade, determinado lugar. Na linguagem corrente, domicílio e residência empregam-se como expressões sinônimas, mas, no vocabulário jurídico, não se confundem. Para resguardar interesses, inclusive de terceiros, há algumas espécies de domicílio, hoje consagradas pela doutrina e pela jurisprudência. Considerando essa noção e esse aspecto, deve ser assinalado, nas alternativas que se seguirem, qual a espécie do domicílio dos militares, dos funcionários públicos e dos falidos:**

- a) Domicílio voluntário.
- b) Domicílio eletivo.
- c) Domicílio necessário.
- d) Domicílio especial.
- e) Domicílio de origem legal.

**49. No processo falimentar, pode-se afirmar:**

- a) O inquérito judicial tem início por iniciativa exclusiva do órgão do Ministério Público.
- b) O pedido de restituição de coisa arrecadada em poder do falido abrange apenas as mercadorias.
- c) A classificação dos créditos privilegia o pagamento dos créditos trabalhistas contra a massa falida.
- d) Sua finalidade é resolver problemas de administração temerária na empresa.
- e) Permite o pagamento somente dos créditos quirografários.

**50. A Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica visa:**

- a) Apurar lesão ao trabalhador.
- b) Demonstrar lesão fiscal.
- c) Tutelar exclusivamente os interesses dos consumidores.
- d) Apurar fraude e má-fé por parte dos titulares da empresa.
- e) Proteger os credores de qualquer espécie.